

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM MBA GERÊNCIA
FINANCEIRA**

ELIZANDRA DE SOUZA JOÃO

**A EVOLUÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO
NACIONAL: UM COMPARATIVO DOS GOVERNOS FHC E LULA**

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010

ELIZANDRA DE SOUZA JOÃO

**A EVOLUÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO
NACIONAL: UM COMPARATIVO DOS GOVERNOS FHC E LULA**

Monografia apresentada à Diretoria de Pós-graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC, para a obtenção do título de especialista em MBA Gerência Financeira.

Orientador: Prof.(MSc). Murialdo Canto
Gastaldon

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010

**Dedico este trabalho a todos os professores
e aos meus familiares.**

Minha gratidão é imensa e inesgotável!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida. Por sua presença em minha vida, me iluminando, me abençoando e me acompanhando em todos os momentos, inclusive nos momentos mais difíceis. Sem este apoio certamente não seria possível alcançar mais esta conquista.

Agradeço a toda minha família por todo amor e carinho, respeito e paciência proporcionados a mim durante toda a minha vida.

Agradeço ao meu orientador e amigo, Murialdo Canto Gastaldon que aceitou esse desafio e que pode contribuir de forma grandiosa para execução deste trabalho, desde a escolha do tema até as considerações finais. A você minha admiração e reconhecimento.

Agradeço a meu amor Deivid, pelo apoio nos momentos difíceis ao qual estive ao meu lado, e que em momento algum me deixou desistir dos meus sonhos.

Não poderia deixar de agradecer a todos os professores, amigos e colegas de pós-graduação, pela companhia e pela experiência trocada durante o período da especialização, em especial a meus grandes amigos Ademir, Carolina e Jucicleide.

A todos que estiveram ao meu lado, agradeço pela compreensão, amizade e carinho dedicados a mim durante esta jornada. Esta é mais uma conquista!

**“Tal como a chuva caída
Fecunda a terra, no estio,
Para fecundar a vida
O trabalho se inventou.**

**Feliz quem pode, orgulhoso,
Dizer: “Nunca fui vadio:
E, se hoje sou venturoso**

Devo ao trabalho o que sou!”

**É preciso, desde a infância,
Ir preparando o futuro;
Para chegar à abundância,
É preciso trabalhar.**

**Não nasce a planta perfeita,
Não nasce o fruto maduro;
E, para ter a colheita,
É preciso semear...”**

RESUMO

Esta pesquisa traz a evolução do emprego formal do jovem no Brasil, comparando os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Sua fundamentação teórica se assenta na trajetória do mercado de trabalho evidenciando o jovem, para isso busca-se apoio em autores considerados como referência na área. Em seguida, para melhor compreensão dos meandros do jovem no mercado de trabalho, apresentam-se alguns aspectos relacionados ao desempenho macroeconômico nos dois períodos. Entre os principais resultados desta pesquisa constata-se que a despeito de o volume de empregos criados para jovens ser maior no Governo Lula que no anterior, existem algumas especificidades. A primeira se refere à qualificação. A cada governo é nítido uma evolução no nível de instrução dos jovens empregados, evidenciado principalmente no Governo Lula. A segunda está ligada à remuneração. Quanto maior à faixa salarial, se verifica uma involução na quantidade de jovens empregados. Independentemente do governo, a qualificação dos jovens empregados não é acompanhada por aumentos salariais.

.
Palavras-chave: Emprego; Jovem; FHC; Lula
.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – A evolução do jovem no mercado de trabalho no Governo FHC (1993-2002) e Lula (2003-2010)..... | 36 |
| Gráfico 2 – O comparativo do saldo de empregos para os jovens nos governos de FHC e Lula por nível de instrução..... | 39 |
| Gráfico 3 – O comparativo do saldo de empregos para os jovens nos governos FHC e Lula por faixa salarial..... | 42 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – A evolução do PIB do Brasil no Governo FHC (1995-2002) | 27 |
| Tabela 2 – A evolução do PIB do Brasil no Governo Lula (2003-2010)..... | 28 |
| Tabela 3 – A evolução do INPC no Brasil no Governo FHC (1995-2002) | 30 |
| Tabela 4 – A evolução do INPC no Brasil no Governo Lula (2003-2010) | 31 |
| Tabela 5 – A evolução da balança comercial do Brasil no Governo FHC | 32 |
| Tabela 6 – A evolução da balança comercial do Brasil no Governo Lula | 33 |
| Tabela 7 – O comparativo do total de emprego formal para população jovem nos governos FHC e Lula... .. | 35 |
| Tabela 8 – A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por nível de instrução no Governo FHC..... | 37 |
| Tabela 9 – A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por nível de instrução no Governo Lula..... | 38 |
| Tabela 10 – A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por faixa salarial no Governo FHC | 40 |
| Tabela 11 – A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por faixa salarial no Governo Lula..... | 41 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPC – Índice de Preço ao Consumidor

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PIB – Produto Interno Bruto

RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 Tema..... | 11 |
| 1.2 Problema..... | 11 |
| 1.3 Objetivo | 12 |
| 1.3.1 Objetivo Geral..... | 12 |
| 1.3.2 Objetivo Específico | 12 |
| 1.4 Justificativa..... | 12 |
| 1.5 Metodologia | 13 |
| 2 O MUNDO DO TRABALHO | 16 |
| 2.1 A chegada ao <i>homo sapiens</i> a partir do trabalho | 16 |
| 2.2 O mercado de trabalho no Brasil | 19 |
| 2.3 O jovem no mercado de trabalho..... | 22 |
| 3 ALGUNS ASPECTOS MACROECONOMICOS | 26 |
| 3.1 A economia do Brasil no Governo FHC e Lula: PIB..... | 26 |
| 3.2 Inflação..... | 28 |
| 3.3 A balança comercial..... | 31 |
| 4 OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL: UM COMPARATIVO DOS GOVERNOS FHC E LULA..... | 34 |
| 4.1 A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional..... | 34 |
| 4.1.1 A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por nível de instrução | 37 |
| 4.1.2 A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por faixa salarial..... | 40 |
| 5 CONCLUSÃO | 44 |
| REFERÊNCIAS..... | 46 |
| ANEXO | 49 |

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho representa um desafio ao jovem. Trata-se de uma fase decisiva, pois quanto melhor a sua inserção no mercado de trabalho, melhor a sua possibilidade de evolução em múltiplos sentidos.

O capítulo seguinte traz uma discussão teórica sobre o mercado de trabalho e faz algumas considerações a respeito do mercado de trabalho no Brasil evidenciando o jovem.

O terceiro capítulo apresenta uma discussão sobre o comportamento dos agregados econômicos no Brasil PIB, Inflação e Balança Comercial para os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

No quarto e último capítulo apresenta-se o resultado desta monografia, seguido das considerações finais e sugestão para novas pesquisas.

1.1 Tema

A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional.

1.2 Problema

As políticas de inserção do jovem no mercado de trabalho é um tema em permanente discussão, principalmente em anos de eleição, pois estão sempre presentes nas pautas políticas. Considerando dois períodos, 1995-2002 e 2003-2010, quando o Brasil foi governado sob inspiração de partidos com orientações políticas distintas, como foi a evolução do jovem no mercado de trabalho? Sobretudo, em qual desses governos o mercado de trabalho foi mais favorável ao jovem?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Apresentar a evolução dos jovens no mercado de trabalho nacional, comparando os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Discutir sobre o mercado de trabalho
- Considerar alguns aspectos macroeconômicos relacionados ao mercado de trabalho
- Apresentar a evolução dos jovens no mercado de trabalho por nível de instrução e faixa salarial

1.4 Justificativa

As transformações econômicas ao longo dos anos se refletiram diretamente sobre a estrutura produtiva, provocando alterações no mercado de trabalho em nível mundial.

A principal delas, a falta de emprego, é vista como um problema social que afeta diretamente a sociedade. Diante da escassez de oportunidades de emprego e da concorrência acirrada por um posto de trabalho, é perceptível uma competição no mercado de trabalho. Assim, presume-se que aos jovens são reservadas grandes dificuldades em meio ao excedente de mão-de-obra.

O que instiga ainda mais na realização dessa pesquisa, além de se compreender melhor a situação do jovem no mercado de trabalho, é o fato de se tratar de ano eleitoral. Foram dois projetos distintos apresentados à sociedade. Ambos já tiveram oportunidade de oito anos de exercício do poder. Ambos estiveram na disputa pelo exercício da presidência para os próximos quatro anos e a sociedade fez sua opção pelo projeto mais generoso em termos de emprego.

Com esta monografia se pretende contribuir para o debate sobre as políticas de inserção do jovem no mercado de trabalho. Dessa forma, será de fundamental importância analisar a situação da mão de obra jovem, e apresentar um comparativo para os dois últimos governos em nível nacional.

Desvendar, mesmo que parcialmente a realidade da mão de obra jovem no Brasil nos últimos anos será uma tarefa estimulante, pois possibilitará um desenho mais nítido a respeito da realidade do público jovem frente ao mercado de trabalho, abrindo inúmeras possibilidades e contribuindo para a geração de conhecimento científico voltado para o desenvolvimento nacional.

1.5 Metodologia

Para atender aos objetivos propostos é importante a definição do significado da pesquisa em si. De acordo com Fachin (2003, p. 123):

Pesquisa é um procedimento intelectual em que o pesquisador tem como objetivo adquirir conhecimento por meio da investigação de uma realidade e da busca de novas verdades sobre um fato (objeto, problema). Com base em métodos adequados e técnicas apropriadas, o pesquisador busca conhecimentos específicos, respostas ou soluções para o problema estudado.

Inicialmente procedeu-se através da pesquisa bibliográfica. Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48) “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”. Através da pesquisa bibliográfica, foi possível elaborar o referencial teórico que trata do mercado de trabalho e algumas políticas macroeconômicas.

Com o propósito de atender ao objetivo principal desta pesquisa, os principais autores utilizados foram: Eduardo G. Noronha, Márcio Pochmann e Ricardo Antunes. Todos são autores reconhecidos como referências na área objeto desta monografia.

A monografia está baseada em uma pesquisa descritiva. Para Cervo e Bervian (2002, p. 66) “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.” A pesquisa descritiva ainda segundo o autor, busca conhecer fatos que ocorrem na vida social de um só indivíduo, de grupos e também comunidades mais complexas.

Através da pesquisa descritiva foi possível evidenciar e descrever a situação nacional dos jovens em relação ao mercado de trabalho de 1995 a 2010, considerando-se as categorias níveis de instrução e remuneração. Os números foram coletados a partir do banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS) Relatório Anual de Informações Sociais e também do (CAGED) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Para esta monografia são considerados jovens, a população formalmente empregada no Brasil na faixa etária até 24 anos.

O nível de instrução foi estratificado da seguinte forma: analfabeto (para os que não possuem escolaridade), ensino fundamental (formação de 1ª a 8ª série, ou em andamento), ensino médio (formação 2ª grau, ou em andamento) e superior (da graduação em diante). O nível de remuneração seguiu a seguinte estratificação: até 2 salários mínimos; de 2,01 a 3,00; de 3,01 a 7,00; de 7,01 a 15,00 e mais de 15 salários mínimos.

A abordagem adotada é a quantitativa. Conforme Oliveira (1997, p. 115):

Como o próprio termo indica, significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples, como porcentagem, média, moda, mediana e desvio padrão, até as de uso mais complexo, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc., normalmente utilizados em defesas de teses.

Através dessa abordagem se atendeu ao objetivo principal dessa pesquisa, que é apresentar a evolução dos jovens no mercado de trabalho no Brasil, comparando dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

A apresentação dos dados compreende dois períodos de comparação: 1995-2002 e 2003-2010. Para facilitar a compreensão das principais razões que levaram a movimentações distintas no mercado de trabalho dos dois governos pesquisados, também se mostra uma visão geral do ambiente econômico de 1995 a 2010. Esse ambiente é observado pela evolução do PIB, inflação e balança comercial do Brasil para cada um desses dois governos, a partir dos dados publicados no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Banco Central do Brasil (BCB).

Por fim, cumpre lembrar, que como o Governo de Lula da Silva ainda não se encerrou, os dados oficiais disponíveis no IPEA são até setembro de 2010. Dessa

forma, se procedeu para a apuração de todas as variáveis que fazem parte desta monografia, quais sejam: PIB, INPC, balança comercial e emprego.

2 O MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo está estruturado em três tópicos. O primeiro traz um breve histórico da evolução do homem à condição do *homo sapiens* a partir do trabalho. O segundo apresenta algumas considerações sobre o trabalho com um breve histórico do mercado de trabalho no Brasil. No terceiro discute-se a respeito do do jovem no mercado de trabalho.

2.1 A chegada ao *homo sapiens* a partir do trabalho

Ao longo dos anos o homem foi se desenvolvendo e aperfeiçoando cada vez mais suas habilidades. O trabalho em geral, segundo Antunes (2004), é o que conduz o homem a viver em sociedade, sendo essa uma das principais características que o diferencia dos demais seres. Entende-se em termos gerais que o homem teve sua origem através de nossos ancestrais, os macacos, que através de metamorfoses e adaptações permitiram o surgimento do homem no estágio em que hoje é conhecido.

Para Antunes (2004) a origem do ser humano ocorreu a milhares de anos atrás, em um período conhecido pelos geólogos como terciário, quando a terra ainda estava em processo de formação. Nessa época vivia num lugar da zona tropical uma raça de macacos bem desenvolvidos, conhecida como Antropóide. Esses animais possuíam barbas, orelhas pontiagudas, corpo coberto de pelos e viviam em árvores. A convivência desses macacos em árvores foi conduzindo-os aos poucos à descoberta de que as mãos e os pés desempenhavam funções distintas. A mão era utilizada em variadas funções: comer, se defender dos inimigos e também para construir. Já os pés eram utilizados como apoio.

A cada geração as habilidades aumentavam, e os organismos foram se desenvolvendo, junto com os músculos e ligamentos do corpo, afinal todo o corpo estava diretamente ou indiretamente interligado. Para Antunes (2004, p. 19):

Em fase de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, iam ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas.

A partir dos casos de ajuda mútua e ações conjuntas surgiu a necessidade da comunicação, ou seja, essa necessidade surgiu a partir da convivência em sociedades, no caso dos macacos em manadas, pois mesmo os animais já sentiam a necessidade de se comunicar. Segundo Antunes (2004, p. 20) “Quando o homem se separa definitivamente do macaco, esse desenvolvimento não cessa de modo algum [...]”. Assim, mesmo com o processo de separação, as transformações são contínuas até hoje, e estão presentes no nosso cotidiano.

Uma significativa distinção do homem em relação ao macaco é o trabalho, que é fonte de toda riqueza. Os macacos se satisfaziam com os alimentos encontrados. Quando terminavam partiam para outra região atrás de comida, pois não eram capazes de produzir seus próprios alimentos. Comiam o que a natureza lhes oferecia. Assim, de acordo com Antunes (2004, p. 23) “[...] quanto mais o homem em formação se afastava do reino vegetal, mais se elevava sobre os animais.” Dessa forma o homem foi manifestando sua independência e força física.

A caça e a pesca de acordo com Antunes (2004) foram fundamentais na evolução do homem em três situações: na alimentação, na descoberta do fogo e na domesticação de animais. A alimentação tornou-se cada vez mais mista e saudável e aos poucos foi alterando as características físicas humanas. O fogo teve grande importância, pois reduziu o processo de digestão. A domesticação de animais tornou mais abundante a presença de carne, proporcionando também a descoberta do leite, rico como a carne em sua composição.

Com o tempo segundo Antunes (2004), o homem foi habitando toda a superfície terrestre, se adaptando às estações, com isso sentiu a necessidade de utilizar roupas e também de ter sua própria habitação. Surgem então novos postos de trabalho. Afinal para construir suas habitações, roupas, utensílios e ferramentas, era necessário trabalhar. Surgiam novas atividades e o aperfeiçoamento era cada vez maior. As tribos deram origem às nações, refletindo diretamente na constituição do *homo sapiens*. Surgiram a agricultura, o comércio, a indústria, as artes e as ciências.

Com o passar dos anos as ferramentas foram substituídas, gerando no século XVIII, o principal marco do processo de produção, a Revolução Industrial. Segundo Oliveira (2004, p. 85):

Mecanização da produção, surgimento das primeiras máquinas, energia do carvão e do ferro, revolução na agricultura - adubação, novos tipos de plantação em oposição ao sistema rotativo de cultivo, utilizando desde a Idade Média, [...] formação da força de trabalho, são algumas das principais características impostas pelas transformações técnicas e econômicas ocorridas no final do século XVIII na Inglaterra, as quais foram denominadas Revolução Industrial.

Ainda de acordo com Oliveira (2004), o mundo continua sofrendo os reflexos da Revolução Industrial. Com as indústrias, o trabalhador perdeu o saber do produto como um todo. O tempo passou a ser controlado pelos industriais, resultando também na intensidade de uso da mão-de-obra.

Para Antunes (2004), todas as formas de produção conduziram à divisão do trabalho e ao aparecimento das classes sociais. Os interesses das classes dominantes transformaram os elementos da produção. Segundo esse autor, todos os modos de produção presentes até hoje buscam apenas o efeito útil do trabalho de forma direta e imediata.

Mas afinal, o que é trabalho? Como ele se manifesta? O trabalho para Oliveira (2001) é a atividade desenvolvida pelo homem em determinadas formas, com a finalidade de produzir riqueza. Oliveira (2001, p. 6) afirma que: “Na medida em que a satisfação é atingida, ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho.”

De acordo com Antunes (2004) o trabalho é um processo em que o homem executa e através de sua própria ação regula o seu metabolismo com a natureza. Dessa forma, atuando sobre a natureza externa o homem a modifica e é capaz de modificar até mesmo a sua própria natureza. Ainda de acordo com Antunes (2004, p. 38-39):

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. [...] Os meios de trabalho não só são mediadores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha.

Para Antunes (2004) o processo de trabalho é a atividade orientada com a finalidade de produzir valores de uso, apropriação do natural com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas, sobretudo dos capitalistas. O valor de uso refere-se ao produto. Uma matéria natural que é adaptada às necessidades

humanas, mediante algumas transformações. Assim o processo de trabalho, evidencia dois fenômenos particulares ainda segundo o autor:

- Primeiro: O trabalhador que vende sua força de trabalho ao capitalista e o capitalista que toma cuidados para manter a ordem, evitando desperdícios desnecessários e preservando os instrumentos de trabalho.
- Segundo: O capitalista que paga pela força de trabalho. Assim o produto é de posse do capitalista, que ao vender o produto (mercadoria) o capitalista incorpora o processo de trabalho ao valor de uso.

Assim encerra-se o presente tópico e a seguir faz-se uma discussão do mercado trabalho no Brasil.

2.2 O mercado de trabalho no Brasil

Retornando aos aspectos históricos o desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro no sentido moderno do termo, segundo Noronha (2003) iniciou-se no decorrer do século XX. Nas três primeiras décadas desse século a força de trabalho (mão-de-obra) era como uma mercadoria que não possuía qualquer regulação, que poderia ser livremente negociada, já que naquela época quase não existiam leis sociais e trabalhistas, nem os contratos coletivos. Essa interpretação decorre da seguinte afirmação de Noronha (2003, p. 113) “durante as primeiras três décadas (dos anos 1900), o trabalho transformou-se numa mercadoria livremente negociada, já que as leis e contratos coletivos eram quase inexistentes.”

Ainda de acordo com Noronha (2003, p. 113) “durante as décadas de 1930 e 1940, o corporativismo de Estado de Vargas estabeleceu um amplo código de leis do trabalho, o qual marcou o mercado nacional por todo o século.” A partir daí começou a surgir a idéia de formalidade e informalidade, que foi evoluindo para os conceitos e definições atualmente comumente utilizados.

Conforme o SEADE (2004, p. 5) o trabalho formal refere-se:

[...] ao total de vínculos empregatícios composto por contratos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (trabalhador urbano/rural vinculado a empregador pessoa jurídica/física, por tempo determinado/indeterminado; trabalhar avulso; trabalhador temporário, e menor aprendiz) pelo Regime Jurídico Único e Militar (federal, estadual e municipal) e Legislação Especial (servidor público não-efetivo). Deve-se mencionar que um único trabalhador pode ter mais de um vínculo empregatício.

Já Fagnani (2007, p. 3) distingue dois tipos básicos de informalidade:

O primeiro e mais tradicional é aquele que expressa a incapacidade de a dinâmica da economia absorver em ocupações “produtivas” o aumento da população economicamente ativa;

O segundo, mais recente, é aquele que expressa a ampliação da ilegalidade dos negócios “produtivos” e dos contratos de trabalho deles decorrentes no clima econômico, social e político criado pelo modo como o país se inseriu na globalização ao longo dos anos 90.

Complementa-se a informalidade com as considerações de Noronha (2003):

- A primeira interpretação está direcionada a abordagem econômica, e vincula o trabalho informal às atividades periféricas geralmente sem rendimentos;
- A segunda interpretação está direcionada à legislação, classifica o trabalho como formal apenas se o trabalhador possuir registro autônomo, ou carteira de trabalho assinada;
- A terceira e última interpretação, está direcionada aos juristas, e classifica o trabalho baseando-se na existência de contratos legais ou ilegais.

Dentre todas as interpretações acima é possível classificar os contratos de algumas formas: justo e injusto; legal e ilegal e; formal e informal. Porém na maioria dos casos, a caracterização do trabalho é dada pela existência ou não da carteira de trabalho assinada.

Ainda conforme Noronha (2003), no decorrer dos anos as leis tornaram-se cada vez mais claras e específicas e, sobretudo, cada vez mais garantiam o direito dos trabalhadores, a férias, salários, etc. Os trabalhos formais passaram a ter vários direitos sociais e os contratos coletivos tornaram-se secundários. Os primeiros beneficiados no trabalho formal foram os trabalhadores públicos, em seguida os trabalhadores urbanos não industriais, e uma das últimas categorias a serem incorporadas, isso já na década de 1960, foi a classe dos trabalhadores rurais.

Retomando Noronha (2003), a criação da carteira de trabalho teve um grande significado na história do mercado de trabalho. Durante algum tempo a

carteira de trabalho, funcionou como uma carteira de identidade. Atualmente a carteira de trabalho é sinônimo de respeito à legislação, e mesmo que não garanta o cumprimento da mesma, é uma forma de comprovar um vínculo empregatício. No Brasil especialmente quando se fala em trabalho formal, logo o que vem em mente é a carteira de trabalho assinada.

Para Noronha (2003, p. 113) “Nos anos de 1970 o perfil do mercado de trabalho já era claramente dual: a maioria dos trabalhadores industriais havia sido incorporada ao mercado formal, bem como expressiva parte dos trabalhadores do setor de serviços.” Em algumas décadas já era notável a redução do número de trabalhadores rurais, aos quais trabalhavam apenas para sobreviver e às vezes até mesmo atuando no trabalho informal.

Outro autor que discute com bastante propriedade a questão do trabalho no Brasil é Antunes (2002, p. 168), para quem “as transformações no processo produtivo intensificaram-se, através do avanço tecnológico, da constituição de formas de acumulação flexível, entre tantos outros motivos.” Ainda de acordo com Antunes (2002, p. 168 -169) “essas transformações, [que] foram decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o mundo do trabalho, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora.”

Dentre as consequências mais importantes no processo de transformação na produção e no trabalho, conforme Antunes (2002, p. 169) estão:

- [...] Um enorme incremento do subproletariado fabril e de serviços, e que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado (...);
- [...] Um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado;
- [...] Um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo desses setores, ainda que o setor de serviços já presencie também o desemprego tecnológico;
- [...] Exclusão dos jovens e dos velhos no mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas, e os mais “velhos”, com cerca de 40 anos ou mais, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem requalificar-se para o reingresso [...].

Logo, conforme Antunes (2002) a classe trabalhadora tem uma constituição mais complexa e fragmentada dividida entre: jovens e velhos, imigrantes e nacionais, trabalhadores qualificados e desqualificados, mercado formal

e informal, entre tantas outras divisões.

Para Noronha (2003, p. 115) “A proporção de empregados sem carteira assinada cresceu 8,1 pontos percentuais: de 20% em janeiro de 1991, para 28,1%, em janeiro de 2001; ao mesmo tempo, a proporção de empregados com carteira assinada decresceu 12,8%.” Seguindo o raciocínio do autor, a década de 1990 consistiu na ruptura ao movimento crescente do trabalho formal.

2.3 O jovem no mercado de trabalho

Dos anos 1930 até a década de 1980, segundo Pochmann (1998) foi um período marcado por um forte movimento gerador de empregos formais assalariados, e também um período de vigoroso ciclo de industrialização nacional. A economia garantiu a forte oferta de emprego. Para Pochmann (1998) mesmo em fase de crescimento na economia até os anos de 1980, isso não impediu a formação de um quadro na sociedade brasileira de desigualdades.

De acordo com Pochmann (2007, p. 14) “Ademais, cabe chamar a atenção para o conceito de juventude, que se refere fundamentalmente à faixa etária de 15 a 24 anos.” Segundo o autor, de um lado o jovem “pobre”, ingressa no mercado de trabalho mais cedo. Até mesmo antes de terminar o ensino básico, antes dos 16 anos de idade, atuando nos segmentos da indústria, do comércio, da construção civil, entre outros. De outro lado, o jovem de classe média, ingressa no mercado de trabalho após a conclusão do ensino escolar obrigatório, ou seja, ao redor dos 20 anos de idade, atuando em sua maioria em postos intermediários dos serviços e da grande indústria. E por último, o jovem de classe rica, ingressa ao mercado de trabalho depois da conclusão do ensino superior, após os 20 anos de idade, ocupando cargos mais elevados.

A partir da década de 1980, ainda segundo Pochmann (1998), período em que ocorreu o fim do ciclo virtuoso do crescimento econômico no Brasil, o país ingressou em um período de estagnação, com baixa mobilidade social e elevadas taxas de desemprego, de onde se infere que esse quadro ajuda a entender que a situação do jovem no mercado de trabalho tenha se alterado para pior.

Para Pochmann (1998) aumentaram as barreiras quanto ao primeiro emprego e também a manutenção dessa ocupação. Como resultado, os postos

de trabalho destinados aos jovens foram elevados em segmentos autônomos (informalidade) e diminuídos em segmentos assalariados (formalidade).

Ainda com base na leitura de Pochmann (1998) o desemprego juvenil está entre as principais características da década de 1990, sendo que “em 1997, por exemplo, a taxa de desemprego aberta¹ dos jovens foi de 13%, quase três vezes superior a de 1980 (4,8%).” (POCHMANN, 1998, p. 47).

Visando ampliar a compreensão do mercado de trabalho jovem, é importante destacar o papel exercido pela educação (qualificação). Para Pochmann (2007, p. 24):

O conceito de padrão de inserção ocupacional do jovem compreende três componentes básicos: a saída da escola (sistema de ensino); o encontro de um emprego regular (mercado de trabalho) e a constituição de uma família (sociedade). A combinação desses três componentes marca as características próprias da situação de ingresso do jovem na vida ativa, permitindo a fundamentação de uma categoria analítica específica.

Ainda de acordo com Pochmann (2007, p. 32):

Além do atraso na educação humanista, o Brasil desenvolveu pouco a qualificação técnica para o exercício do trabalho. Ainda que o país tenha se industrializado, prevaleceu o baixo grau de comprometimento escolar com a formação e informação, que permaneceram direcionadas a restritos segmentos sociais. Inegavelmente a educação se transformou no monopólio de uma elite branca, utilizando discriminadamente para produzir parcela significativa da desigualdade no país.

Conforme Pochmann (2007), o sistema de ensino é fundamental na inserção do jovem ao mercado de trabalho, pois define o limite de acesso no mercado de trabalho e o potencial dessa inserção. O que se percebe é que as empresas possuem uma propensão a estabelecer pré-condições à contratação de trabalhadores em geral, principalmente no que diz respeito ao jovem. Em outras palavras, o potencial da inserção está ligado diretamente à qualificação profissional adquirida junto ao sistema educacional e aos postos de trabalho gerados pela economia.

Ainda com base em Pochmann (2007), no período entre 1989 e 1998, a ocupação profissional que registrou maior expansão estava voltada à limpeza e à conservação (pela terceirização), logo seguida pela construção civil e pela

¹ Situação das pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias. Fonte: <http://www.dieese.org.br/anu/2001/anexos/glossario.pdf>

atividade de vendedor. Percebe-se então, que essa expansão se limitava a atividades mais básicas e simples.

No que diz respeito à remuneração dos trabalhadores jovens, em Pochmann (2007, p. 65) “constata-se que mesmo para a parcela das ocupações em alta houve redução do poder aquisitivo.” Entretanto segundo Blanchard (2001, p. 119):

Os jovens em geral estão em empregos de baixos salários, [...]. Jovens trabalhadores têm pouca experiência e geralmente são os primeiros a serem despedidos quando a empresa precisa reduzir sua força de trabalho. Assim, os trabalhadores jovens costumam alternar entre emprego, desemprego [...].

As dificuldades na criação de trabalhos mais qualificados fazem com que, mesmo jovens com escolaridade elevada e com algum tipo qualificação profissional, desempenhem suas tarefas em postos que não exigem maior complexidade, como serviços gerais. Conforme Pochmann (1998, p. 57):

Apesar de serem postos de trabalho com exigência de qualificação duvidosa, há indícios de que os requisitos contratuais têm sido crescentes, pois, diante da abundância de oferta de mão-de-obra, tendem a crescer os mecanismos de discriminação de trabalhadores com menor escolaridade e experiência profissional. O acirramento da competição no interior do mercado de trabalho faz com que a discriminação tenha maior incidência, em especial, sobre jovens e mulheres.

O problema do desemprego para jovens torna-se mais agudo, pois aumenta a disputa, ou seja, um serviço voltado ao primeiro emprego acaba sendo ocupado por pessoas com qualificação superior, além da exigida pelo cargo. De acordo com Pochmann (2007), essa substituição de trabalhadores com pouca escolaridade por outros com níveis educacionais mais elevados, deve-se à possibilidade de contratar pessoas com maiores qualificações, com o mesmo salário ou até mesmo menor.

Conforme Pochmann (2007) no Brasil a oferta de mão-de-obra é de 3,1 milhões de pessoas ao ano. Frente à escassez de emprego e ao elevado estoque de mão-de-obra jovem, estes não dispõem de condições igualitárias em meio à concorrência no mercado de trabalho. Segundo Pochmann (1998) duas vertentes interpretativas se destacam:

- A primeira está baseada na dinâmica demográfica juvenil e destaca o

aumento de determinadas faixas etárias, em específico destacando a inserção no mercado de trabalho juvenil brasileiro, nessa perspectiva a escolaridade é um fator fundamental e merece destaque.

- A segunda vertente está apoiada na situação ocupacional dos jovens, destacando os efeitos de transformações recentes em determinadas faixas etárias no mercado de trabalho, ou seja, dentre os melhores empregos uma parcela dos jovens tende à exclusão, sem que haja alternativas para correção do problema.

A evolução do jovem no sistema de ensino se apresenta como um grande desafio. Para Pochmann (2007, p. 38) “a educação tende a ser cada vez mais considerada como requisito necessário para inserir efetivamente o jovem na sociedade.”

Para Durkeim (1972) a educação pode ser definida como a ação exercida sobre as gerações que estão ainda em fase de preparação para a sociedade, cujo principal objetivo é desenvolver números de estados intelectuais, físicos e morais em que a sociedade política impõe sobretudo nas faixas etárias iniciais.

Segundo Pochmann (2007) o nível de emprego e desemprego está diretamente ligado ao comportamento da economia. Quando a economia está em recessão, automaticamente aumenta o desemprego. Seguindo a idéia do autor, o desempenho da economia influencia principalmente no que tange aos jovens, ou seja, quando a economia está em recessão há uma tendência a diminuir o nível ocupacional principalmente entre os jovens. Por outro lado, quando ocorre uma expansão econômica, conseqüentemente há uma elevação no nível ocupacional, o que acaba favorecendo, pelo menos no curto prazo, a contratação de trabalhadores adultos. O resultado é que em ambas as situações as dificuldades são maiores entre os jovens.

3 ALGUNS ASPECTOS MACROECONOMICOS

Este capítulo foi estruturado em três seções apresentando o comportamento dos agregados econômicos: PIB, inflação e balança comercial do Brasil para os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Fernando Henrique Cardoso é sociólogo e foi eleito presidente do Brasil em 1994 pela primeira vez. Em 1999 iniciou seu segundo mandato, permanecendo na presidência até 2002, quando o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, então com 58 anos conseguiu se eleger com a maioria dos votos. Em 2006, Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu se reeleger para mais quatro anos com mais votos que na sua primeira eleição.

Apresentado um breve histórico sobre dois últimos presidentes do Brasil, a seguir estão os números macroeconômicos de cada um desses governos.

3.1 A economia do Brasil no Governo de FHC e Lula: PIB

O Produto Interno Bruto ou PIB é capaz de resumir de forma mais simplista a produção da economia. Para calcular o PIB de acordo com Stiglitz e Walsh (2003) soma-se o valor do produto em dinheiro, ou seja, o valor monetário dos bens e serviços finais produzidos. Esses bens e serviços finais são aqueles que não são utilizados na fabricação de outros produtos, e sim vendidos para consumidores finais. Para Stiglitz e Walsh (2003, p. 91):

O valor monetário da produção final é denominado produto interno bruto ou PIB. É a medida padrão do valor daquilo que é produzido na economia. Totaliza o valor monetário de todos os bens e serviços finais gerados dentro das fronteiras nacionais num dado período.

O PIB geralmente é a melhor medida de desempenho econômico, pois é capaz de medir a renda das pessoas. Segundo Mankiw (1998, p. 13) “[...] o PIB é igual à [...] renda total de todas as pessoas na economia e [a] despesa total da economia na produção de bens e serviços.”

O PIB real segundo Stiglitz e Walsh (2003, p. 91) é “quando os números

do PIB são corrigidos para levar em conta as variações no nível geral de preços, [...]. Uma maneira de considerar o PIB real é perguntar qual será o PIB se todos os preços tivessem permanecidos inalterados.”

Feita algumas considerações, abaixo está a evolução do crescimento do PIB com início em 1995, ou seja, a partir do primeiro ano do Governo de Fernando Henrique até o último ano do seu segundo mandato.

Tabela 1 – A evolução do PIB do Brasil no Governo FHC (1995-2002)

| Ano | Crescimento % do PIB | PIB na base 100 |
|------------|-----------------------------|------------------------|
| 1994 | - | 100 |
| 1995 | 4,4168 | 104,4168 |
| 1996 | 2,1505 | 106,6623 |
| 1997 | 3,3753 | 110,2625 |
| 1998 | 0,0353 | 110,3015 |
| 1999 | 0,2541 | 110,5817 |
| 2000 | 4,3062 | 115,3436 |
| 2001 | 1,3131 | 116,8582 |
| 2002 | 2,6581 | 119,9644 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA

Em uma comparação dos oito anos do Governo FHC, o ano em que o PIB apresentou maior crescimento foi em 1995, ou seja, no primeiro ano do seu primeiro mandato, quando cresceu 4,4%. O pior momento para o Governo FHC foi 1998, quando a economia praticamente não apresentou crescimento e mesmo assim ele foi reeleito em primeiro turno.

Em 2000, a economia apresentou um crescimento mais representativo, quando o crescimento do PIB foi de 4,3%. Comparando o primeiro ano de mandato de FHC e o último em 2002, quando Lula foi eleito, o PIB obteve em uma variação e crescimento de 19,96 pontos percentuais. Vejamos agora a evolução do PIB no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Tabela 2 – A evolução do PIB do Brasil no Governo Lula (2003-2010)

| Ano | Crescimento % do PIB | PIB na base 100 |
|------------|-----------------------------|------------------------|
| 2002 | - | 100 |
| 2003 | 1,1466 | 101,1466 |
| 2004 | 5,7123 | 106,9244 |
| 2005 | 3,1597 | 110,3029 |
| 2006 | 3,9570 | 114,6676 |
| 2007 | 6,0914 | 121,6525 |
| 2008 | 5,1360 | 127,9006 |
| 2009 | -0,1856 | 127,6633 |
| 2010* | 7,5000 | 137,2380 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados IPEA

Nota: (*) Para 2010 o período considerado vai de janeiro a setembro

Ao contrário do Governo de FHC, no primeiro ano do Governo de Lula, foi o ano em que a economia no Brasil apresentou o menor crescimento, ou seja, 1,1% em relação ao ano anterior 2002, perdendo apenas para 2009, em seu segundo mandato, quando o PIB apresentou uma retração. Em 2010 de acordo com a evolução PIB, a economia deve obter um maior crescimento, inclusive comparado ao Governo FHC.

Enquanto ao longo de seus dois mandatos, FHC obteve um crescimento no PIB de 19,96 pontos percentuais (comparando o primeiro e último ano de governo), Lula apresentará um crescimento de 37,23 pontos percentuais, ou seja, quase duas vezes maior. Em outras palavras, o desempenho da economia de acordo com a variação do PIB foi melhor no Governo Lula, onde o crescimento foi maior e mais expressivo.

Com tais comentários encerra-se o presente tópico, e no item seguinte será apresentado e discutido os números referente a inflação nos governos FHC e Lula.

3.2 Inflação

Por se tratar de uma variável que afeta a todos, a inflação na literatura econômica é um tema de destaque. A inflação segundo Stiglitz e Walsh (2003) é o aumento contínuo e generalizado do nível de preços. Ou seja, há inflação quando

sofrem reajustes continuados a maioria dos bens.

Para Stiglitz e Walsh (2003, p. 105) “A taxa de inflação é a taxa que representa um aumento do nível geral de preços”. Quando o nível médio de preços está aumentando, uma unidade monetária compra cada vez menos mercadorias e serviços no decorrer do tempo. Em outras palavras quando a variação da inflação supera a variação salarial significa menos poder aquisitivo do consumidor.

Os custos da inflação são mais sutis que o desemprego. De acordo com Stiglitz e Walsh (2003) as pessoas percebem que há algo errado quando a inflação é elevada, pois geralmente a renda não acompanha o nível de preço, resultando em uma diminuição do padrão de vida.

Para facilitar as comparações dos níveis de preços, utilizam-se vários índices. Para Stiglitz e Walsh (2003, p. 105) o índice de preço:

[...] mede o nível de preços em qualquer ano dado relativamente a um ano-base comum. O índice de preços para o ano-base é, por definição, igual a 100. O índice de preços para qualquer outro ano é calculado pegando o quociente do nível de preços nesse ano em relação ao nível do ano-base e multiplicando por 100.

Existem vários índices de preços e cada um deles utiliza diferentes cestas de bens. Por definição desta monografia e por se tratar da medida que melhor se enquadra na faixa salarial que compreende os jovens, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou apenas, o INPC.

De acordo com o IBGE (2006, p. 29) “O INPC é produzido a partir dos Índices de Preços ao Consumidor Regionais”. Por sua vez, ainda de acordo com o IBGE (2006) o Índice de Preços ao Consumidor trata-se de uma aproximação do Índice de Custo de Vida. Para efetuar o cálculo, é necessário as quantidades e os preços dos bens e serviços consumidos.

Segundo o IBGE (2006, p. 31) “A população-objetivo do INPC é composta das famílias cujo rendimento familiar monetário disponível esteja compreendido entre 1 (um) e 6 (seis) salários mínimos e cujo chefe seja assalariado em sua ocupação principal.” Neste contexto, a seguir se apresenta a evolução do INPC no Governo FHC.

Tabela 3 – A evolução do INPC no Brasil no Governo FHC (1995-2002)

| Ano | Índice de Correção | Variação Correspondente (%) | Número Índice (Base 100) |
|--------|--------------------|-----------------------------|--------------------------|
| jan/95 | - | | 100 |
| 1995 | 1,22 | 21,98 | 121,98 |
| 1996 | 1,09 | 9,12 | 133,10 |
| 1997 | 1,04 | 4,34 | 138,88 |
| 1998 | 1,02 | 2,49 | 142,33 |
| 1999 | 1,08 | 8,43 | 154,33 |
| 2000 | 1,05 | 5,27 | 162,47 |
| 2001 | 1,09 | 9,44 | 177,81 |
| 2002 | 1,15 | 14,74 | 204,02 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Ao longo do Governo FHC, a partir de janeiro de 1995 até dezembro de 2002, é perceptível uma grande oscilação do INPC. A maior variação ocorreu em 1995, primeiro ano de seu governo. Nesse ano o INPC variou 21,98%. A menor variação foi em 1998, último ano de seu primeiro mandato. Nessa ocasião o INPC variou 2,49%. Interessante observar também, que a segunda maior variação se deu em seu último ano do segundo mandato. Em 2002 o INPC registrou variação de 14,74%. Durante sua passagem de oito anos pela presidência da república, o INPC acumulou uma evolução de 104,02%.

A seguir se apresenta o mesmo raciocínio para a trajetória do INPC no Governo Lula da Silva. Ou seja, de janeiro de 2003 até setembro de 2010. Cumpre lembrar, que o este governo ainda não se encerrou os dados oficiais disponíveis são até esta data. Inclusive, se procedeu da mesma forma para a apuração das outras variáveis que fazem parte desta monografia, quais sejam: PIB, balança comercial e emprego.

Tabela 4 – A evolução do INPC no Brasil no Governo Lula (2003-2010)

| Ano | Índice de Correção | Variação Correspondente (%) | Número Índice (Base 100) |
|------------|---------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| jan/03 | - | - | 100 |
| 2003 | 1,10 | 10,38 | 110,38 |
| 2004 | 1,06 | 6,13 | 117,15 |
| 2005 | 1,05 | 5,05 | 123,07 |
| 2006 | 1,03 | 2,81 | 126,53 |
| 2007 | 1,05 | 5,16 | 133,05 |
| 2008 | 1,06 | 6,48 | 141,68 |
| 2009 | 1,04 | 4,11 | 147,51 |
| 2010* | 1,04 | 3,80 | 153,10 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Nota: (*) Para 2010 o período considerado vai de janeiro a setembro

O INPC no Governo Lula não apresentou tanta oscilação quanto no governo anterior. A maior variação foi de 10,38%, praticamente a metade que a maior variação do Governo FHC. Em 2006 o INPC apresentou a menor variação no Governo Lula da Silva. Somente 2,81%. Enquanto a variação média dos oito anos do Governo de FHC foi de 13%, no Governo Lula o INPC variou 6,63%. Em termos acumulados foram 104,02% para o Governo FHC e 53,1% para o Governo Lula da Silva.

Encerrada esta seção, a seguinte traz o comparativo do desempenho da balança comercial do Brasil para os dois governos, objeto desta monografia.

3.3 A balança comercial

Esta seção se limita a observar as relações comerciais do Brasil com o Resto do Mundo para o período dos dois últimos governos. O primeiro período corresponde ao Governo Fernando Henrique e o segundo ao Governo Lula da Silva.

A balança comercial de acordo com Nunes (2007) é um termo econômico que registra as exportações e importações de bens, sejam eles bens primários e industriais. Para o autor, quando o valor das exportações superar o das importações, tem-se um superávit comercial. Quando ocorrer o inverso tem-se um déficit comercial. Desta forma, quanto maior o saldo comercial (exportação menos importação) de um país, geralmente maior sua vantagem com o exterior. A seguir

está a evolução da balança comercial no Governo de FHC.

Tabela 5 – A evolução da balança comercial do Brasil no Governo FHC
(US\$ Fob milhões)

| Ano | Importação | Exportação | Saldo Comercial |
|--------------|----------------|----------------|-----------------|
| 1994 | - | - | - |
| 1995 | 49.972 | 46.506 | -3.466 |
| 1996 | 53.346 | 47.747 | -5.599 |
| 1997 | 59.747 | 52.994 | -6.753 |
| 1998 | 57.714 | 51.140 | -6.575 |
| 1999 | 49.210 | 48.011 | -1.199 |
| 2000 | 55.783 | 55.086 | -698 |
| 2001 | 55.572 | 58.223 | 2.650 |
| 2002 | 47.240 | 60.362 | 13.121 |
| Total | 428.584 | 420.069 | -8.519 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Durante quase todo o mandato de FHC a balança comercial esteve em situação de déficit comercial, exceto nos dois últimos anos de seu segundo mandato, quando apresentou em 2001 superávit de US\$ 2,650 bilhões e no ano seguinte US\$ 13,121 bilhões. O momento mais crítico no Governo FHC de acordo com o saldo na balança comercial foi em 1997, neste ano seu déficit chegou a US\$ 6,575 bilhões. No acumulado para os oito anos tem-se um déficit comercial de US\$ 8,519 bilhões. Ou seja, pouco mais de US\$ 1 bilhão ao ano.

Observando-se os dados da tabela 6, percebe-se um comportamento bastante distinto do registrado na tabela anterior.

Tabela 6 – A evolução da balança comercial do Brasil no Governo Lula
(US\$ Fob milhões)

| Ano | Importação | Exportação | Saldo Comercial |
|--------------|-------------------|-------------------|------------------------|
| 2002 | - | - | - |
| 2003 | 48.290 | 73.084 | 24.794 |
| 2004 | 62.835 | 96.475 | 33.641 |
| 2005 | 73.606 | 118.308 | 44.703 |
| 2006 | 91.351 | 137.807 | 46.457 |
| 2007 | 120.617 | 160.649 | 40.032 |
| 2008 | 173.107 | 197.942 | 24.836 |
| 2009 | 127.647 | 152.995 | 25.347 |
| 2010* | 132.156 | 144.929 | 12.773 |
| Total | 829.609 | 1.082.189 | 252.583 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Nota: (*) Para 2010 o período considerado vai de janeiro a setembro

Em todo o mandato de Lula da Silva o comportamento da balança comercial se apresentou positivo. Ou seja, em todos os anos tem-se um superávit comercial a iniciar em 2003 com US\$ 24,794 bilhões. Em 2006 tem-se o maior superávit em seu governo, apresentando US\$ 46,457 bilhões na balança comercial. Lembrando que para o ano de 2010, tem-se os dados apenas até setembro de 2010, podendo este número sofrer alterações até o final do ano. No acumulado de seu governo o saldo comercial chegou a US\$ 252,583 bilhões. Uma média anual de US\$ 31,573 bilhões.

Assim encerra-se este capítulo. Em seguida apresenta-se o resultado dessa pesquisa.

4 OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL: UM COMPARATIVO DOS GOVERNOS FHC E LULA

No presente capítulo se concentra o resultado da monografia. Em cada tópico estão presentes os dados referentes o saldo de empregos criados para jovens nos dois últimos governos, quais sejam, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Este capítulo está estruturado em três tópicos. O primeiro traz uma visão geral do emprego jovem no mercado de trabalho nacional com enfoque nos governos de FHC e Lula, o mesmo servirá de base para toda a análise. Em seguida aborda o emprego jovem de acordo com o nível de instrução. E o terceiro e último aborda o rendimento médio por faixa de salários mínimos.

4.1 A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional

A presente seção faz um comparativo do total de empregos para jovens criados no Brasil, no Governo FHC (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010).

No Governo FHC de acordo com os dados oficiais da RAIS, foram gerados 719.444 empregos para a população com até 24 anos. Durante seus oito anos de mandato a participação dos empregos para jovens em relação ao emprego total caiu de 21,03% em 1995 para 19,97% em 2002. Ou seja, uma queda de 1,05 ponto percentual.

Na tabela a seguir tem-se o comparativo do volume de empregos criados para jovens nos dois últimos governos, lembrando que Fernando Henrique e Lula da Silva tiveram dois mandatos e cada um desses presidentes ficou no governo por oito anos.

Tabela 7 – O comparativo do total de emprego formal para população jovem nos governos FHC e Lula

| Ano | Emprego-jovens FHC | Emprego-jovens LULA |
|-----|--------------------|---------------------|
| 1º | 4.994.918 | 5.757.406 |
| 2º | 4.973.361 | 6.146.382 |
| 3º | 5.044.661 | 6.412.647 |
| 4º | 5.008.816 | 6.590.935 |
| 5º | 5.009.739 | 6.999.838 |
| 6º | 5.341.476 | 7.274.363 |
| 7º | 5.481.207 | 7.436.340 |
| 8º | 5.729.206 | 8.762.196 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e do CAGED

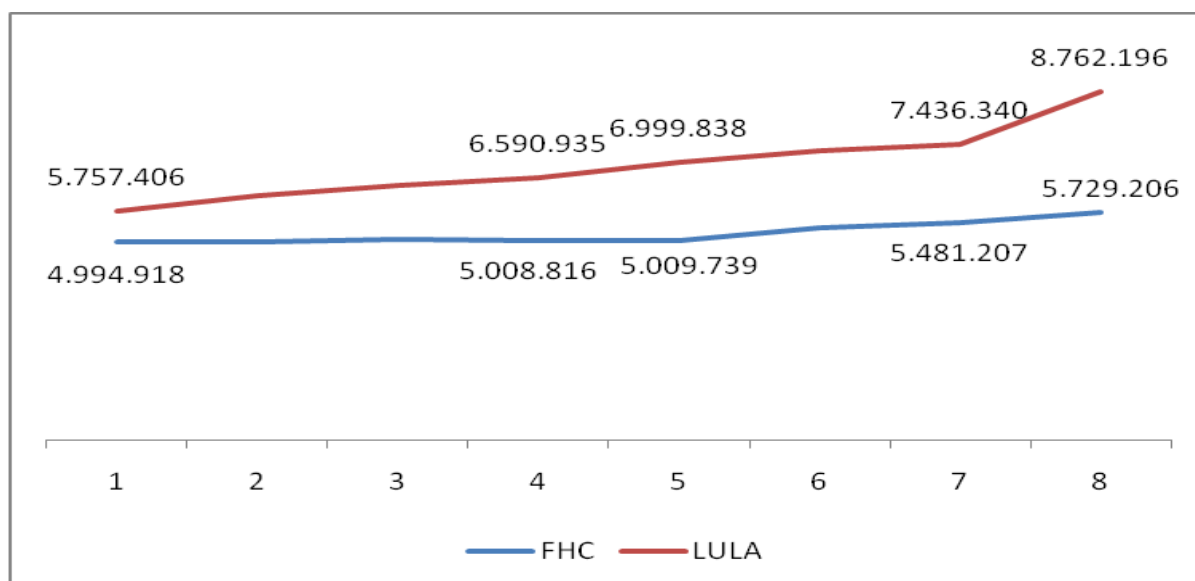
Nota: (*) Para 2010 o período considerado vai de janeiro a setembro

No que se refere ao Governo Lula da Silva, a situação foi melhor que no governo que o antecedeu, conforme demonstrado na tabela acima. Nos oito anos deste governo foram gerados 3,032 milhões de empregos para os jovens. Além disso, é importante ressaltar, que a cada ano deste governo houve um incremento na participação relativa do jovem. Durante o governo anterior, no segundo e quarto anos houve uma retração relativa.

Durante o Governo Lula, de uma participação relativa do jovem de 19,49% comparado ao emprego total em 2003, chegou em setembro de 2010 a 20,19%. Analisando as extremidades, ou seja, o primeiro e último ano de governo, percebe-se que enquanto no governo anterior houve a diminuição de 1,05 ponto percentual, neste houve um incremento de 0,7 ponto percentual. Todavia, é importante registrar que a trajetória da participação do emprego jovem em relação ao emprego total no Governo Lula foi praticamente decrescente até 2009. Em 2010 a curva que representa essa trajetória, deixou de ser descendente para variar positivamente.

Para melhor comparar a criação de emprego para jovens no mercado de trabalho nacional no Governo FHC e Lula, elaborou-se o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – A evolução do jovem no mercado de trabalho no Governo FHC (1993-2002) e Lula (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS e do CAGED

Em uma simples análise é perceptível que durante os dois mandatos de Lula da Silva comparado aos mandatos de FHC, a trajetória da criação do emprego para jovens foi mais eficiente. Enquanto no primeiro ano de mandato Lula da Silva havia 5,757 milhões de empregos para jovens, no Governo FHC eram 4,994 milhões, uma diferença de 13,24 pontos percentuais. No quinto ano, ou seja, no primeiro ano do segundo mandato de cada governo essa diferença passou para 28,43%. Essa diferença subiu ainda mais, chegando a 34,61% quando comparado o último ano do segundo mandato (8º ano de governo) de Lula da Silva com FHC. No oitavo ano, o número total de empregos para jovens no governo atual chegou a 8,762 milhões. Lembra-se que este dado ainda não é definitivo, visto que se considerou as estatísticas até setembro de 2010.

De acordo com os dados acima, é nítido que a situação da criação de empregos para jovens foi melhor no Governo Lula da Silva. A seguir está a comparação por nível de instrução.

4.1.1 A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por nível de instrução

A ascensão do jovem no sistema de ensino é um grande desafio seja qual for o governo. Segundo Pochmann (2007, p. 55) “a qualificação e formação tendem a construir, no caso dos jovens, um fator adicional na determinação geral do potencial de ingresso no mercado de trabalho”. Assim, a educação se apresenta cada vez mais como um requisito para a inserção no mercado de trabalho.

Dada a importância da escolaridade no mercado de trabalho, abaixo se procura enfatizar o nível de instrução para a população até 24 anos empregadas formalmente para os dois últimos governos: FHC e Lula da Silva. Para isso serão apresentados os dados obtidos principalmente através do Relatório Anual de Informações Sociais, conforme pode ser observado na tabela seguinte.

Tabela 8 – A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por nível de instrução no Governo FHC

| Nível de Instrução | 2002 (A) | 1994 (B) | A-B |
|--------------------|------------------|------------------|----------------|
| Analfabeto | 50.841 | 108.928 | -58.087 |
| Ensino Fundamental | 2.163.354 | 3.057.871 | -894.517 |
| Ensino Médio | 3.061.933 | 1.564.026 | 1.497.907 |
| Ensino Superior | 453.078 | 263.349 | 189.729 |
| Ignorado | 0 | 15.588 | -15.588 |
| Total | 5.729.206 | 5.009.762 | 719.444 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

De acordo com análise vertical, em 2002 do total de jovens formalmente empregados, os jovens analfabetos representavam menos que 1%. Dentre os níveis de instrução com maior participação do jovem empregado, destaca-se o ensino fundamental com uma participação relativa de 37,76% enquanto o ensino médio representava 53,44%.

Agora vejamos o comportamento do saldo de emprego para jovens de acordo com os níveis de instrução, ou seja, como foi a evolução do saldo de emprego para o jovem no Governo FHC em relação ao governo anterior. O que se percebe de maneira geral é que houve um incremento de 14,36% no volume total de empregos criados para jovens. Nota-se ainda, que nos níveis de instrução inferiores

sejam eles, analfabeto e ensino fundamental houve uma retração. Os empregados jovens analfabetos apresentaram uma redução significativa de 58.087 vagas no mercado de trabalho.

Para os jovens empregados com o ensino médio houve um incremento de 1,497 milhão no Governo FHC. Este foi o nível de instrução que ocorreu o incremento mais significativo, seguido pelo ensino superior com um incremento no mercado de trabalho de 189 mil empregados jovens.

Em princípio o resultado pode ser considerado positivo, pois no geral houve um incremento nos níveis de instrução mais elevados e uma redução nos níveis inferiores. Seguindo nessa linha, abaixo está a evolução do saldo de empregos para jovens estratificado por nível de instrução no Governo Lula da Silva.

Tabela 9 – A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por nível de instrução no Governo Lula

| Nível de Instrução | 2010 (A) | 2002 (B) | A-B |
|---------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Analfabeto | 15.551 | 50.841 | -35.290 |
| Ensino Fundamental | 1.920.473 | 2.163.354 | -242.881 |
| Ensino Médio | 5.863.482 | 3.061.933 | 2.801.549 |
| Ensino Superior | 962.690 | 453.078 | 509.612 |
| Ignorado | 0 | 0 | 0 |
| Total | 8.762.196 | 5.729.206 | 3.032.990 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS e do CAGED

Nota: (*) Para 2010 o período considerado vai de janeiro a setembro

No total de empregos para jovens em 2010, o jovem analfabeto representa apenas 0,18%. O jovem que possui ou está no ensino médio da mesma forma que o governo anterior, é o que possui maior representação no mercado de trabalho com 66,92%. Os empregados jovens com o ensino fundamental também merecem destaque, pois apresentam uma participação relativa de 21,92%.

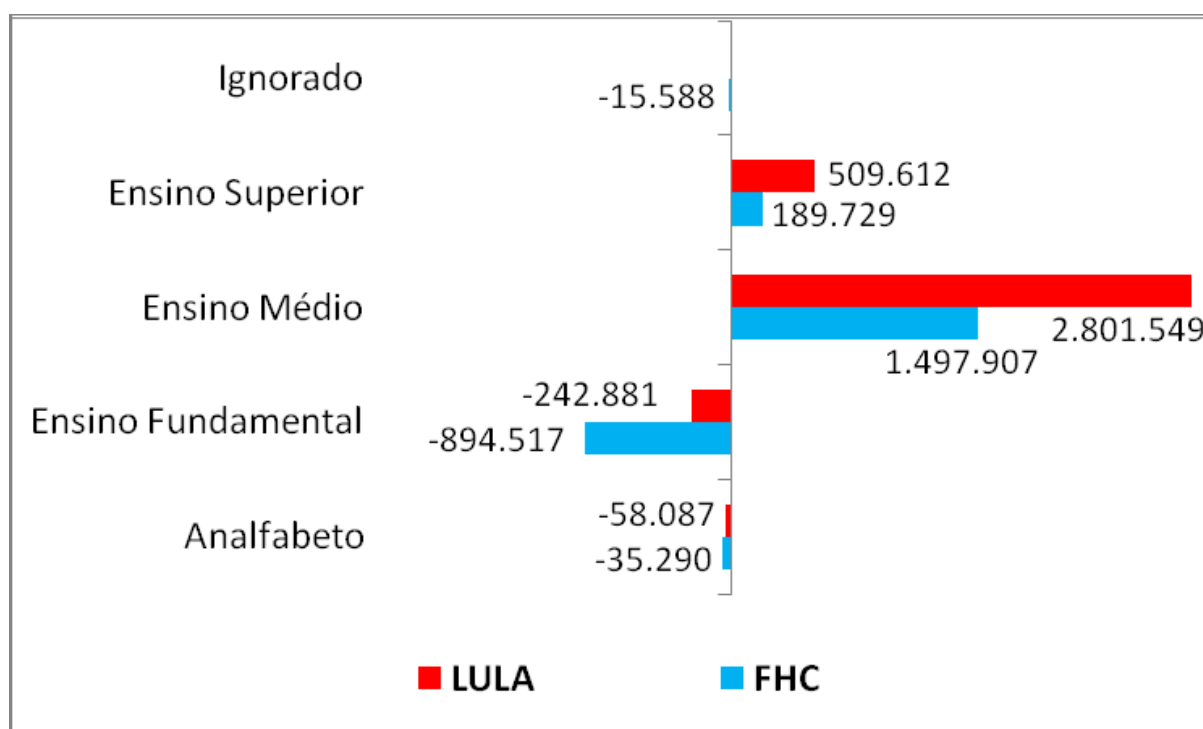
Na análise do saldo gerado de empregos, percebe-se que no Governo Lula para os jovens analfabetos houve significativa redução de 35,290 vagas durante seu mandato.

Da mesma forma que a análise vertical de 2010, observa-se que no saldo de empregos para os jovens que possuem o ensino médio destaca-se um incremento de 2,801 milhões. No ano de 2010 tem-se 1.920.473 empregados jovens com o ensino fundamental, este número comparado ao governo anterior, resulta na

redução da participação relativa do jovem no mercado de trabalho com essa escolaridade. Vale destacar que o número de trabalhadores jovens com ensino superior avançou 509.612 vagas, ou seja, dobrou. Em 2002 havia 453.078 jovens no mercado de trabalho com o ensino superior, em 2010 são 962.690.

Com o intuito de estabelecer melhor parâmetro e para uma comparação mais nítida dos governos FHC e Lula da Silva, abaixo está o gráfico com o saldo de empregos de acordo com o nível de instrução.

Gráfico 2 – O comparativo do saldo de empregos para os jovens nos governos de FHC e Lula por nível de instrução



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS e do CAGED

No ensino fundamental onde houve retração nos dois governos, o Governo FHC se mostrou de maneira mais violenta, pois apresentou uma retração de 894.517 jovens empregados. Nos níveis de instrução onde houve incremento, sejam eles os níveis ensino médio e superior, o Governo Lula se mostrou mais eficiente na criação de emprego. É importante salientar que observando os números, é possível afirmar que existe uma tendência de redução para os níveis de instrução inferiores e uma trajetória crescente para os níveis mais elevados sejam eles médio e superior. Contribuindo nesse contexto, segue a afirmação de Pochmann (2007, p. 65):

Em geral, observa-se no Brasil a substituição de trabalhadores com menos escolaridade por outros com maior nível educacional. A expulsão do trabalhador de baixa escolaridade nem sempre se deve ao novo conteúdo de trabalho, mas à possibilidade de contratar pessoas mais qualificadas, mantendo ou até diminuindo o salário pago.

Apresentadas as considerações sobre o comportamento do jovem no mercado de trabalho nacional por nível de instrução, é possível avançar um pouco mais em termos de comparações. A seguir será apresentado o comportamento do mercado de trabalho jovem de acordo com o rendimento médio.

4.1.2 A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por faixa salarial

Este tópico encerra o presente capítulo, feita as considerações comparando os governos FHC e Lula da Silva estratificado por nível de instrução, inicia-se as considerações sobre a remuneração. De acordo com Blanchard (2001), os jovens estão situados em empregos de baixos salários, pois apresentam poucas experiências.

Através dos dados extraídos da RAIS foi possível a elaboração da tabela 9, que evidencia o rendimento médio através do saldo de empregos criados para jovens no Governo FHC, classificados por faixas de salários mínimos.

Tabela 10 – A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por faixa salarial no Governo FHC

| Faixa Salarial | 2002 (A) | 1994 (B) | A-B |
|-----------------------|------------------|------------------|----------------|
| Até 2,00 | 3.477.300 | 2.132.654 | 1.344.646 |
| De 2,01 a 3,00 | 1.364.997 | 1.294.182 | 70.815 |
| De 3,01 a 7,00 | 767.656 | 1.191.778 | -424.122 |
| De 7,01 a 15,00 | 97.645 | 256.619 | -158.974 |
| Mais de 15,01 | 11.055 | 43.029 | -31.974 |
| Ignorado | 10.553 | 91.500 | -80.947 |
| Total | 5.729.206 | 5.009.762 | 719.444 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

De acordo com a análise vertical para o ano de 2002 e 1994 é nítido uma trajetória decrescente em relação as faixas salariais mais altas. É possível observar

tanto em 1994 quanto em 2002 que, quanto maior a faixa salarial, menor é a participação relativa do jovem no mercado de trabalho nacional. A faixa salarial que mais se destaca dentre todas é até 2,00 salários mínimos. Em 2002 eram 3,477 milhões de jovens nessa faixa salarial, representando 60,69% no total de jovens empregados.

Partindo para análise do saldo entre o governo que o antecedeu e FHC percebe-se um incremento de 1,415 milhão na participação de jovens empregados que possuem a faixa salarial até 3 salários mínimos. Para as faixas salariais acima de 3,01 salários mínimos, é possível observar uma retração na participação relativa do jovem. No total, houve uma redução na participação relativa dos jovens de 615.070 para as faixas acima de 3,01, sendo que a mais representativa foi a de 3,01 a 7 onde essa redução foi de 424.122.

Apresentadas as considerações do saldo de empregos no Brasil para os jovens, estratificado por faixa salarial no Governo FHC, segue-se a mesma linha de raciocínio para o Governo Lula da Silva, abaixo estão os dados que representa.

Tabela 11 – A evolução do jovem no mercado de trabalho nacional por faixa salarial no Governo Lula

| Faixa Salarial | 2010 (A) | 2002 (B) | A-B |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|
| Até 2,00 | 7.183.609 | 3.477.300 | 3.706.309 |
| De 2,01 a 3,00 | 1.000.044 | 1.364.997 | -364.953 |
| De 3,01 a 7,00 | 494.828 | 767.656 | -272.828 |
| De 7,01 a 15,00 | 45.937 | 97.645 | -51.708 |
| Mais de 15,01 | 3.250 | 11.055 | -7.805 |
| Ignorado | 34.528 | 10.553 | 23.975 |
| Total | 8.762.196 | 5.729.206 | 3.032.990 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS e do CAGED

Nota: (*) Para 2010 o período considerado vai de janeiro a setembro

Seguindo a mesma tendência que o Governo FHC, de acordo com análise vertical para o ano de 2010, a faixa salarial mais baixa, ou seja, até dois salários percebe-se uma trajetória crescente na participação do jovem empregado. Nessa faixa salarial a participação do jovem empregado formalmente chega a 81,98%, observa-se como essa faixa salarial é expressiva, sendo que a somatória de todas as outras faixas salariais não chega a 19%. Infere-se que os jovens conseguem ingressar no mercado de trabalho, mas não ascendem às faixas

salariais mais elevadas.

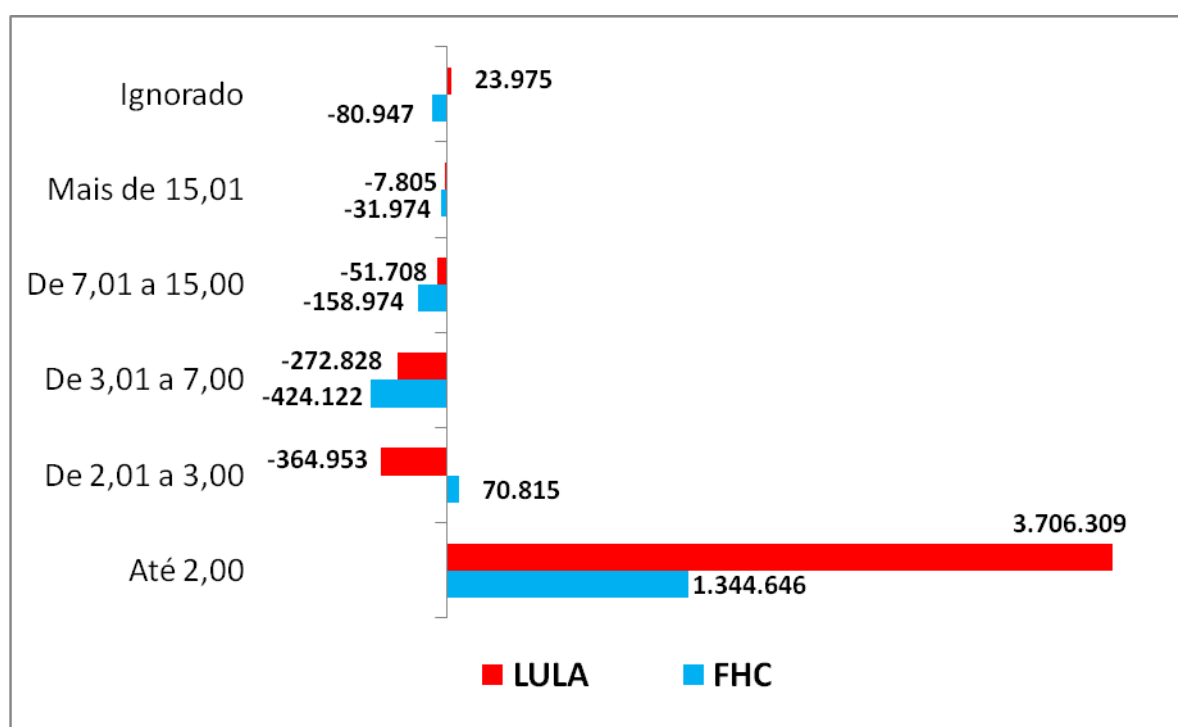
Na faixa salarial mais elevada, ou seja, mais de 15,01, a participação do jovem que já era muito escassa em 2002, em 2010 essa participação cai para 0,04%, chegando a quase desaparecer.

Partindo para análise do saldo de emprego criados no Governo Lula da Silva, exceto na faixa salarial até dois salários mínimos, em todas as outras houve uma redução na participação relativa do jovem. Vale destacar que o total de empregos criados para jovens na faixa salarial até 2 salários mínimos foi muito expressivo, registrando 3,706 milhões de empregos.

Vale lembrar que comparado ao governo anterior, no Governo Lula da Silva foram criados para os jovens 3,032 milhão de empregos.

Tanto no Governo Lula quanto FHC, a maior presença dos jovens empregados formalmente estão nas menores faixas salariais. Para melhor comparação, abaixo foi elaborado o gráfico que apresenta os dados dos saldos para esses dois governos.

Gráfico 3 – O comparativo do saldo de empregos para os jovens nos governos FHC e Lula por faixa salarial



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS e CAGED

Estratificado por faixa salarial, no que se refere a participação relativa do

jovem não há muito o que se comemorar, é nítida a tendência decrescente nos rendimentos acima 2,01 salários mínimos. Vale ressaltar também, que para faixa salarial até 2 salários mínimos, Lula foi mais eficiente. O montante de empregos nessa faixa salarial quase triplicou ao passar de 1,3 milhão para 3,7 milhões. Com essas considerações encerra-se o presente capítulo.

Encerrando-se o capítulo, registra-se a grande redução de empregos nas faixas salariais mais altas para os jovens nos governos FHC e Lula.

5 CONCLUSÃO

Ao pesquisar a evolução do jovem no mercado de trabalho, comparando-se os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), conclui-se que, no que diz respeito à criação de emprego para jovens, LULA se mostrou mais eficiente. Enquanto no Governo de FHC o saldo de empregos para jovens foi de 719.444, Lula quadruplicou esse número no decorrer de seu mandato, gerando 3,032 milhões de empregos.

A macroeconomia pode ajudar na compreensão desses números. Enquanto o PIB no Governo de FHC evolui 19,96% ao longo de seus dois mandatos, o PIB durante os mandatos de Lula da Silva avançou 37,24%. De acordo com a teoria, quanto maior o PIB de um país, maior é a possibilidade de geração de novos empregos.

De acordo com índice INPC, que por definição dessa monografia, representa a inflação no período analisado, neste quesito Lula consegue ser melhor. Enquanto para o Governo FHC a inflação acumulada foi de 104,02 pontos percentuais, para o Governo Lula esse número cai praticamente pela metade, ou seja, 53,10 pontos percentuais. Para a teoria quanto menor a inflação supõe-se que maior é o poder aquisitivo.

Na balança comercial, os números entre os governos FHC e Lula foram bastante distintos, evidenciando novamente em termos comparativos melhor desempenho do Governo Lula. Durante os dois mandatos de FHC, por seis anos consecutivos a balança comercial do Brasil apresentou saldos negativos. Encerrou o seu mandato com um saldo negativo acumulado de US\$ 8,519 bilhões. Ao contrário do Governo Lula da Silva, que durante seus oito anos acumulou um saldo positivo de US\$ 252,583 bilhões.

Evidenciado alguns aspectos do cenário econômico para os períodos objetivo desta pesquisa e partindo para análise por nível de instrução, percebe-se que os empregados jovens estão se aprimorando cada vez mais. É possível observar uma queda dos níveis de instrução inferior (analfabeto e ensino fundamental), e um aumento para os níveis mais elevados (com ensino médio e superior).

Para os jovens analfabetos houve redução de emprego nos dois

governos. No ensino fundamental também se registrou queda no emprego dos jovens para os dois governos. Foram menos 894.517 empregos no comparativo de 2002 com 1994, para os jovens com ensino fundamental. Já no Governo Lula o emprego para os jovens com ensino fundamental registrou uma queda foi 242.881 postos de trabalho. Os maiores saldos de emprego estão nos níveis mais altos de escolaridade. No ensino médio o acumulado durante o Governo FHC foi de 1,497 milhão de empregos para os jovens. No Governo Lula o cumulado chegou a 2,801 milhões. Praticamente o dobro. Por fim, no nível superior enquanto no Governo FHC se gerou 189.729 empregos para os jovens, no Governo Lula o acumulado chegou a 509.612 empregos.

Partindo-se para a análise de emprego por faixa salarial, diferentemente do até aqui apresentado, a situação do jovem se agrava no Governo Lula em relação ao Governo FHC. Essa situação se enquadra na observação de Pochmann (2007) presente nesta monografia.

Para o Governo FHC o saldo negativo de empregos para os jovens por faixa salarial se inicia a partir dos 3,01 salários mínimos. Até 3 salários mínimos os saldos são positivos. No Governo Lula o saldo negativo de empregos para os jovens já se inicia a partir de 2,01 salários mínimos. Ou seja, somente há saldo positivo de empregos para os jovens cuja remuneração é de até 2,00 salários mínimos.

Em 1994, ano que antecede a posse de FHC, os empregos para os jovens com renda até 2,00 salários mínimos representavam 42,5% do total de empregos para essa faixa etária. No seu último ano de governo os jovens com até 2,00 salários mínimos tinham uma participação de 60,69% dos empregos para essa mesma faixa etária. O quadro continuou se agravando no Governo Lula. Ao final de seu mandato os jovens com emprego formal e rendimento de até 2,00 salários mínimos, significavam 81,98% do total de empregos para essa faixa etária.

A evolução na qualificação dos jovens empregados, independentemente de governo, não é acompanhada por aumentos salariais. Os jovens estão mais qualificados, mas ganham menos. A observação positiva, no comparativo desses dois governos em relação à categoria faixa salarial, é que a eliminação de postos de trabalho com maiores rendimentos para os jovens, tem ritmo menos intenso no Governo Lula.

Para as próximas pesquisas sugere-se estudar a correlação remuneração e nível de instrução para o emprego dos jovens no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (Org). **A Dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 200 p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002. 200 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 12 nov. de 2010.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002. 242 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Glossário**: termos técnicos utilizados. Anuário dos trabalhadores. 2001. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anu/2001/anexos/glossario.pdf>. Acesso em: 30 jul. de 2010.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 200 p.

DURKEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 8.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

FAGNANI, Eduardo (org). **Carta social e do trabalho**. Centro de estudos sindicais e de economia do trabalho. 2007. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/Downloads/publicacoes/cesit/Versao_Integral6.pdf . Acesso em: 30 jul. de 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta de Conjuntura**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc10_serieshistoricas.xls. Acesso em: 12 nov. de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Para Compreender o INPC**. 5.ed. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/INPC2006.pdf. Acesso em: 01 ago. de 2010.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. 398 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança Comercial**: Dados Consolidados. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1289220857.pdf . Acesso em: 23 nov. de 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Bases Estatísticas RAIS / CAGED**. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp> . Acesso em: 01 nov. de 2010.

NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, ilegal, injusto**: percepções do mercado de trabalho brasileiro. Revista Brasileira de ciências sociais – vol. 18 Nº 53. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf> . Acesso em: 01 ago. de 2010.

NUNES, Paulo. **Conceito de Balança Comercial**. Ciências Econômicas e Empresariais, 2007. Disponível em: <http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/balancacomercial.htm#vermais> . Acesso em: 24 nov. de 2010.

OLIVEIRA, Carlos Roberto. **História do trabalho**. 4.ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2001. 94 p.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. **Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias**. Caminhos de Geografia – revista on line. 2004. Disponível em: http://www.ig.ufu.br/revista/volume11/artigo06_vol11.pdf . Acesso em: 02 ago. de 2010.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997. 320 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Presidente**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/presidente> . Acesso em: 01 nov. de 2010.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: ABET, 1998. 104 p.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Inserção da mulher no mercado formal de trabalho no Estado de São Paulo, entre 2000 e 2002:** uma abordagem regional. Mulher e trabalho – São Paulo. 2004. Nº13. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/boletins/boletim_13/boletim_Mutrab13.pdf. Acesso em: 08 ago. de 2010.

STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, Carl E. **Introdução à macroeconomia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003. 387 p.

ANEXO

Anexo tabela 8 – Participação do jovem no mercado de trabalho por nível de instrução no Governo FHC

| Nível de Instrução | 2002 | Participação (%) |
|--------------------|------------------|------------------|
| Analfabeto | 50.841 | 0,89 |
| Ensino Fundamental | 2.163.354 | 37,76 |
| Ensino Médio | 3.061.933 | 53,44 |
| Ensino Superior | 453.078 | 7,91 |
| Ignorado | 0 | 0,00 |
| Total | 5.729.206 | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Anexo tabela 9 – Participação do jovem no mercado de trabalho por nível de instrução no Governo Lula

| Nível de Instrução | 2010* | Participação (%) |
|--------------------|------------------|------------------|
| Analfabeto | 15.551 | 0,18 |
| Ensino Fundamental | 1.920.473 | 21,92 |
| Ensino Médio | 5.863.482 | 66,92 |
| Ensino Superior | 962.690 | 10,99 |
| Ignorado | 0 | 0,00 |
| Total | 8.762.196 | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS e do CAGED

Nota: (*) Para 2010 o período considerado vai de janeiro a setembro

Anexo tabela 10 – Participação do jovem no mercado de trabalho por faixa salarial no Governo FHC

| Faixa Salarial | 2002 | Participação (%) |
|-----------------|------------------|------------------|
| Até 2,00 | 3.477.300 | 60,69 |
| De 2,01 a 3,00 | 1.364.997 | 23,83 |
| De 3,01 a 7,00 | 767.656 | 13,40 |
| De 7,01 a 15,00 | 97.645 | 1,70 |
| Mais de 15,01 | 11.055 | 0,19 |
| Ignorado | 10.553 | 0,18 |
| Total | 5.729.206 | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Anexo tabela 11 - Participação do jovem no mercado de trabalho por faixa salarial no Governo Lula

| Faixa Salarial | 2010 | Participação (%) |
|-----------------------|------------------|-------------------------|
| Até 2,00 | 7.183.609 | 81,98 |
| De 2,01 a 3,00 | 1.000.044 | 11,41 |
| De 3,01 a 7,00 | 494.828 | 5,65 |
| De 7,01 a 15,00 | 45.937 | 0,52 |
| Mais de 15,01 | 3.250 | 0,04 |
| Ignorado | 34.528 | 0,39 |
| Total | 8.762.196 | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS e do CAGED

Nota: (*) Para 2010 o período considerado vai de janeiro a setembro